O Marquês Barão de Alvito

- Apontamentos sobre a última geração de titulares encartados -

Alexandra Forjaz

Tecto de Novens

Título

O Marquês Barão de Alvito – Apontamentos sobre a última geração de titulares encartados -

Edição

Tecto de Nuvens, Edições e Artes Gráficas, Lda.

960131916; geral@tecto-de-nuvens.pt

www.tecto-de-nuvens.pt

Coordenação literária de

Teresa Cunha

teresacunha@tecto-de-nuvens.pt

Autora

Alexandra Forjaz

Prefácio

Olga Majeau

Capa

Hugo Baganha

(a partir da fotografia de Vítor Branco do retrato do Marquês de Alvito;

DCGP – Sec. Palácio da Ajuda)

Revisão

Tecto de Nuvens

Concepção Gráfica

Tecto de Nuvens

Paginação

Tecto de Nuvens

© *Alexandra Forjaz*

Direitos reservados segundo a legislação em vigor

ISBN: 978-989-54551-6-4.

D.L.: 466967/20

A autora escreve segundo a antiga ortografia.

O conteúdo literário e plástico desta obra é da inteira e exclusiva responsabilidade da autora.

A gerência da Tecto de Nuvens

À memória do diplomata

Doutor João Fernandes da Silveira,

distante avoengo que pelo seu engenho e arte se tornou o primeiro
Barão do Reino de Portugal em 1475, o “bahram d’Alvito”.

Agradecimentos

Ao saudoso Jorge Gonçalo Barabona de Palha van Zeller.

Ao Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, em especial a João Sabino.

À Santa Casa da Misericórdia de Nisa, em especial a José Carmona.

À Casa-Museu Quinta da Esperança, Cuba, Beja, Alentejo, em particular a Stevan Lekitsc.

A Luís Borges da Gama, blogue Provocando.

Ao Museu Nacional de Bellas Artes de Santiago do Chile.

Ao Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

À Torre do Tombo.

Ao Museu Nacional “Palácio da Ajuda”.

À Fundação Casa de Bragança.

Ao site Geneall.

À Leiloeira “Cabral Moncadas Leiloeira”.

A Alice e Fernando Camaño Garcia.

A Luís Miguel Barata Amaral.

A Ana Costa Simas.

Preâmbulo

Fazíamos muitas vezes a viagem Lisboa - Andorra, no Datsun azul que trazia saudades do Peugeot 504 deixado em Moçambique. Ainda recordo o calor da meseta central e o meu estado de torpor, espriada no banco de trás, à procura de ver o touro de Osborne anunciar a proximidade aos Pirenéus. Que viagens! O Rui, meu pai, gostava de se sentar no banco do pendura, enquanto a minha mãe, um bom volante, ultrapassava mais um e mais outro, até chegarmos às curvas de Andorra. Pelo caminho, e para matar o tempo, o Rui contava histórias, das suas e das que lhe contaram.

Passaram-se muitos anos desde as viagens de família, atravessando a península, mas as memórias transmitidas pelo meu pai e avô, dos avoengos Alvitos permaneceram vivas. Recordo o episódio do Castelo vendido ao Rei D. Carlos ou terá sido a D. Luís, pelo último Barão - Marquês, D. José Lobo da Silveira, 16º Barão de Alvito, personalidade ladina, de chiste, ciente de si, que era quem era e nada tinha a demonstrar ou provar; a avó D. Henriqueta Policarpa José António Lobo da Silveira, 15ª Baronesa de Alvito, cujo nome pronunciado nos lábios do meu pai ainda lembro, pela estranheza que me causava. E depois, vinham todos os outros, os que morreram em Alcácer-Quibir, os que serviram os nossos monarcas, a D. Madalena de Lencastre, que chorava quando as amendoeiras entravam em flor, pois lembravam-na da sua casa em Granada e da neve na montanha. Curiosamente, mais tarde, venho a ouvir uma lenda algarvia muito semelhante sobre uma princesa muçulmana. Nos meus registos, apareciam tantos personagens e histórias que os tinha a todos confundidos; valia-me a orientação do meu pai que entre a irritação pela minha displicência e a vontade de conversar, repetia as memórias quantas as vezes lhe pedia.

Penso que foi quando a minha biblioteca se calou que reflecti. E agora? Agora que quem me ligava à minha história já não cá está, como transmitirei o testemunho, se nada sei, se o elo se partiu, se o dono da memória a levou consigo. Fui surpreendida, à medida que percorria as linhas que ele havia deixado escrito, avivando a

lembrança das nossas conversas. Foi então que percebi o legado que me tinha deixado, que até então pensava ser uma colecção de contos e nomes, afinal as histórias faziam sentido, eram reais, e eu tinha recebido testemunho de uma família misteriosamente desaparecida, apagada da História. Tão grande “esquecimento” nem aos Távoras aconteceu.

Recordo-me de algumas ocasiões, poucas é verdade, em que o apelido Lobo da Silveira tenha sido reconhecido. Uma foi numa ida ao Banco, na Parede. Ao balcão identifiquei-me e a senhora sorriu perguntando se eu era de Alvito. Dito o código confessei que sim. A senhora era casada com um Lobo da Silveira de quem tinha uma filha, trocámos algumas palavras, mas dada a minha tenra idade, registei o acontecimento e mais não fiz caso. Por outra vez, foi um professor na faculdade, que tinha a minha ficha de aluna, conhecia o professor umas senhoras Lobo da Silveira que viviam numa tal Quinta dos Gafanhotos para os lados de Cascais. Mais uma vez memorizei o raro reconhecimento, cada vez mais certa que razão tinha o meu pai ao dizer que éramos muito poucos, e que antes que desaparecessem foi buscar os apelidos à avó D. Isabel Juliana, irmã do Barão D. José, e os colocou em mim, pensando que assim contrariaria a extinção do apelido.

Era até com algum humor que encarava este gesto do meu pai. Bem me recordo de me identificar com o todo e qualquer herói que procurasse os entes da sua espécie. “O Espaço 1999” onde os humanos da base lunar andam à procura do caminho de regresso ao planeta terra, exerceu na minha geração um fascínio pela tecnologia, mas a história, o guião, hoje percebo que é universal, é a procura pelos seus e pelo nosso lugar.

Por vezes encontrava-me a deambular nas ideias, nas pessoas que não conhecia, mas que algures existem, à procura das razões do afastamento entre primos.

Suponho que terá sido durante uma investida em busca de outros Alvitos, que me deparei com uma página da internet contendo as armas dos Lobos, e um texto, propositadamente ou não, retorcido e de péssima sintaxe, reivindicando a origem no Barão de Alvito. Mas não só eram descendentes do dito Barão do Século XV, como do Marquês... do século XV, altura em que tal título não existia, mas eram os descendentes, os cinco lobos, tal qual a representação

desenhada nas armas. Indaguei como poderia um familiar juntar e confundir as mercês de Barão, com a de Marquês do século XVIII. É sobejamente conhecido, aliás sabedoria infusa, que o título mais apreciado na família sempre foi o de Barão. Nisto como em tantas outras coisas da vida, não há como o primeiro amor, como tal e sem desmerecimento do Marquesado, é de boa política interna familiar reservar o devido distanciamento histórico entre as duas Mercês.

Apuradas as inconsistências na sintaxe e no conteúdo, que por si eram presságio de erro, verifiquei que a revindicação desta ascendência era um logro, possivelmente baseada na coincidência dos apelidos. Enfim, informei os tais Lobos desta lamentável confusão, mas não obtive reacção.

Fiquei a pensar que não deixa de ser curioso verificar que quem não é descendente, nem gota tem, surja a reclamar a cepa. A inexistência de legítimos a reclamar origem e o aparecimento de oportunistas da casa vazia, permitiu-me distinguir claramente a noção de responsabilidade que a família tem incutida contra a leviandade dos “estrangeiros”. Pareceu-me evidente que não conheciam o peso do sangue, deste que pelos vistos nos foi transmitido e que nos mantém em silêncio. Desanimada por não encontrar família, redobrei os esforços para achar novas pistas. Se estes não eram primos apesar de parecerem, com certeza encontraria os verdadeiros, mais tímidos, e com outros apelidos.

Voltando ao início, qual a razão para, o “desaparecimento” da família e afastamento entre os primos? Não sei bem ao certo quando percebi, ou se foi um processo que me levou a perceber que houve um mal-entendido entre a família sobrevivente ao último Barão. Não podia haver outra explicação.

D. José terá ido viver para Alvito depois da Implantação da República, depois de 1910. Com ele terá partido rumo ao Castelo a então mulher ou sua futura mulher D. Carolina Augusta Duarte. Por volta desta data teria o Barão cerca de 83 anos e era possivelmente o único irmão vivo dos 8 nascidos. As irmãs Eugénia, Isabel Juliana e Margarida e os irmãos Fernando, Manuel já tinham falecido e apenas restam dúvidas a respeito da data da morte de D. Luís. Aqui passa os últimos anos da sua vida, sem irmãos, sobrinhos ou mesmo os filhos ilegítimos que lhe atribuem. D. José não é mais um elemento aglutinador da família, pelo contrário, o seu segundo casamento

coloca em causa a união da tribo. Com os primos dispersos quebram-se os laços e principalmente a confiança. Quando D. José morre, muitos se convencem que outros familiares teriam recebido testemunho, incumbência de representação da casa, fazendo pensar que uns eram “filhos” e outros “enteados”. Ora, isso nunca aconteceu, e daí eu sustentar a teoria do mal-entendido.

Procurei saber o que se passou com D. José, como numa geração apenas se faz esquecer quase quinhentos anos de influência em Portugal. Surpreendeu-me a inexistência de retratos, fotografias, cartas e documentos dos elementos da família. Aliás, julgo que não tivesse D. José sido Camarista e nem dele teríamos recordações. Valeram-me os arquivos públicos e os jornais, com aturada leitura foram revelando a vida desta última geração.

A ajuda veio de várias fontes, em especial de onde nem sequer suspeitava. Conheci Jorge G. B. P. van Zeller nos fóruns de genealogia. Grande entusiasta da história e genealogia, colecionador de documentos e conhecedor das histórias intrincadas das famílias, foi uma ajuda preciosa, não só pelas informações, mas também pela motivação que me deu. Desapareceu cedo demais, deixando-me recordações de longos e-mails, histórias por contar, e acima de tudo, ficaram as saudades da sua paciência, amizade e gentileza. Digno de registo é o precioso auxílio do incansável João Sabino, do Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. Foi graças à orientação que me deu e informações cruciais que fui conseguindo seguir pistas, abrindo novos capítulos no conhecimento da vida deste último Barão.

Durante a pesquisa encontrei muita documentação, histórias dignas de serem contadas sobre gerações anteriores dos Alvitos. Quis ainda acrescentar a própria epopeia que foi encontrar todos estes dados. Por pragmatismo, tive de trincar o enredo, guardar os elementos recolhidos e prometer-me escrever sobre eles um outro dia qualquer.

Fica por contar o encontro com Olga Majeau, descendente de D. Joaquim Lobo da Silveira, segundo filho do 12º Barão de Alvito, e 2º Marquês de Alvito, que foi representante de Portugal em várias Embaixadas, entre elas a Congresso de Viena em 1814/15.

A descoberta desta prima acaba por revelar o velho enigma do paradeiro do ramo de D. Joaquim. Melhor, Olga Majeau é escritora

holandesa, tendo publicado a história da vida do seu bisavô. Incrivelmente vivemos a poucos quilómetros de distância, ambas procurando esclarecer assuntos do passado. É com muito orgulho, e com a consciência que não existem coincidências, que pedi à Olga para prefaciá-lo este trabalho.

A informação que aqui se apresenta parece banal, à mão de semear. Quando comecei dispunha de relatos familiares, cartas do meu pai e avô, recortes de jornal, alguns documentos e de uma fotografia do Barão, a que está disponível no site genealógico Geneall. Ao fim de cinco anos quis agregar a informação que reuni e apresentar o que encontrei. Fiz esforços para falar com muitos familiares, ou curadores da memória de algum dos visados neste trabalho. Por vezes tive sucesso, o que é visível nesta obra, pois ramos ficaram desenvolvidos, enquanto outros se cingem a uma colecção de nomes. Coloquei o máximo de detalhe sempre que encontrei elementos. O grau de desenvolvimento de cada ramo não obedece a mais nenhum critério para além do da disponibilidade da informação.

Este trabalho dedico-o ao meu pai, mãe e avós, ao meu marido e filhos, netos que ainda virão, aos meus irmãos e sobrinhos, primos próximos e afastados, principalmente aqueles que me ajudaram a reconstituir os passos desta última geração encartada.

Terminei a obra em Évora, onde no século XIII os Lobos fizeram o percurso de ascensão social, e onde hoje encerro este capítulo para dar início a nova empreitada, a de construir casa.

Doutor João Fernandes da Silveira

Foi primeiro Barão de Alvito o Doutor João Fernandes da Silveira.

Era filho do Doutor Fernando Afonso da Silveira¹, Doutor em Leis pela Universidade de Bolonha, Desembargador do Paço, Embaixador de D. João I em várias missões, enviado a França para a negociação do casamento da Infanta D. Isabel com Filipe III de Borgonha. O pai do primeiro Barão de Alvito, foi também Desembargador do Paço de D. João I, tendo casado com de Catarina Teixeira camareira-mor da Infanta D. Isabel². Deste casamento nasce João Fernandes da Silveira. Terá tido uma educação cuidada, seguindo os passos do pai, forma-se também em Leis.

El-Rei D. Afonso V rodeia-se de homens letrados, pelo que João Fernandes da Silveira é nomeado para vários altos cargos da administração do Reino.

Foi Regedor da Casa da Suplicação, Escrivão da Puridade D'el Rei Chanceler-mor e Vedor da Fazenda do príncipe D. João. Combateu no Norte de África, e participou da conquista de Tanger e Arzila, ao que consta com muitos homens e despesas.

Em 1447 participa na Embaixada portuguesa de obediência ao Papa Nicolau V. Em 1450 é incumbido por D. Afonso V de tratar do casamento da nossa Infanta D. Leonor com Frederico III Imperador dos germanos. É na qualidade de Embaixador que em 1452 recebe a Infanta na cidade de Siena. Para assinalar o momento, o Embaixador mandou erguer uma coluna de pedra com o escudo de Portugal no local onde a Infanta e o futuro marido se encontraram.

¹Portugueses no colégio de S. Clemente, pag. 231: Levanta-se a questão de existirem dois Fernandos Afonso na mesma época. Um, formado em direito canónico pela Universidade de Bolonha, em 1408, reitor do Colégio de São Clemente em 1395-96 e. 1401-02, cónego regrante de Santo Agostinho e prior da Igreja de Santa Maria da Aruda dos Vinhos, e o Doutor Fernando Afonso da Silveira, Doutor em Leis e cavaleiro, pai do famoso Dr. João Fernandes da Silveira.

²Wikipédia https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Fernandes_da_Silveira.

Fresco na Catedral de Siena, Itália

Pormenor do Fresco na Catedral de Siena, Itália, onde se vê, por trás da Infanta, o primeiro Barão de Alvito

Em Roma, no ano de 1452, quando acompanhava a então Infanta D. Leonor, foi feito cavaleiro pelo Imperador Frederico III, na Basílica de São Pedro, junto ao “véu de Verónica” ou “Sudarium”.

Em 1455 é enviado a Castela com o objectivo de ratificar o contrato de casamento da Infanta D. Joana com Henrique IV, Rei de Castela. No ano seguinte encontra-se em Roma para informar o Papa Calisto III sobre a posição de Portugal em relação a cruzada contra os turcos. Entre 1456 e 1460 vive em Itália, onde desempenha várias missões diplomáticas também em Florença e Veneza. Em 1460 já em Lisboa, D. Afonso V entrega-lhe a responsabilidade de zelar pelo testamento do Infante D. Henrique.

De 1463 a 1473 desempenhou o cargo de Regedor da Casa da Suplicação. Só em 1474 surge novamente na actividade diplomática do Reino. Neste ano regressa a Castela para negociar o casamento do próprio D. Afonso V com a filha dos Reis de Castela, a Infanta D. Joana. Em 1479 é incumbido das negociações de Paz entre Portugal

O Castelo

Durante quatro séculos manteve-se o Castelo na posse dos Alvitos, até que chegando aos finais do século XIX, o 16º Barão D. José o vende à Casa de Bragança, num primeiro acto com o contrato de promessa de compra e venda ao Rei D. Luís, como adiante se verá, e finalmente através do contrato de venda ao Rei D. Carlos.

Em 1481, o 1º Barão de Alvito, D. João Fernandes da Silveira, recebe do Rei D. Afonso V a autorização, mediante carta régia, para edificar o Castelo de Alvito, numa das extremas da vila, perto da fonte. Para que fosse possível concretizar a obra, D. Afonso V ordenou ainda que os moradores de Alvito e arredores participassem na sua construção.

Desde a primeira data de 1481 até o início dos trabalhos em 13 de Agosto 1494 mediaram 13 anos. A empreitada foi abraçada pelo segundo Barão, D. Diogo e há notícia que a “primeira inauguração” terá acontecido em 1504.

Transcrição da Carta régia de 30 de Abril de 1481

(Pera se fazer hu castello em Alvito)

«Dom Afonso V..., a todos quantos esta carta virem fazemos saber que olhando nós o sitio da Vila de Alvito que é por ora de Dom. João da Silveira, barão dela e dona Maria Lobo sua mulher ... fazer um castelo e como seria proveitoso para a sua defesa e dos moradores no tempo de guerra e ainda para se em ele acolherem os moradores das outras terras da baronia do dito barão de que ela é principal e cabeça e conhecendo que as fortalezas e castelos fortificam e honram o Reino ...havemos por bem e por esta damos lugar e licença ao dito barão que ele possa fazer na dita vila, ... que ele entender mais conveniente.»⁴

Esta autorização foi confirmada por D. João II a 9 de Abril 1489 e por D. Manuel I a 4 de Outubro de 1497.

⁴Torre do Tombo, Chancelaria D. Afonso V, livro 3º, fls 42v

Aspectos do Castelo século XIX

Vista exterior. Serões, n. 38, 1908

*Brasão dos Alvitos, os cinco lobos,
pedra que se pode ver da praça
principal de Alvito.*

Arquivo da antora

Vista exterior: Serões, n. 38, 1908

*Vista do pátio na actualidade.
Arquivo da autora, 2015*

Capela das Albertas onde se encontra o jazigo de família, actual Museu Nacional de Arte Antiga

A certidão de óbito revela que deixa viúva D. Rita e órfã D. Francisca. Desta certidão se depreende que o filho D. José já era falecido à data. Mais tarde, em 1819 morre D. Francisca com apenas 3 anos de idade.

Certidão de óbito do 14º Barão de Alvito

Dos nove filhos havidos do casamento do 3º Marquês de Alvito, conhecem-se apenas duas filhas sobreviventes, foram elas D. Henriqueta e D. Maria da Graça, irmã mais nova.

1. D. Luísa José António Nicolina da Conceição Lobo * 06.12.1790
2. D. Fernando José Cândido Lobo da Silveira Quaresma, 14º Barão do Alvito e 9º Conde de Oriola *03.10.1793
3. **D. Henriqueta Policarpa Lobo da Silveira Quaresma**, 15ª Baronesa do Alvito *26.01.1796
4. D. António Luís de Sousa Coutinho Castelo-Branco e Menezes
5. D. Manuel Maria José António Lobo da Silveira * 15.08.1799
6. **D. Maria da Graça José António Lobo da Silveira** * 04.05.1802
7. D. José Maria Lobo da Silveira * 06.07.1802
8. D. Jaime da Anunciação Lobo da Silveira * 25.03.1806
9. D. Ana Lobo da Silveira * 29.12.1811

A sucessora na casa de Alvito

E assim, depois de 400 anos de sucessão varonil, acontece a sucessão por linha feminina. Na história da família existiu um outro momento que por pouco se perdia a varonia. Este episódio deu-se no 8º Barão de Alvito, D. João Lobo da Silveira, que tendo morrido cedo, deixa apenas uma filha, D. Bernarda Caetana, a 9ª Baronesa de Alvito.

Em 1658, quando o exército português se encontrava no cerco de Badajoz, batendo em retirada para Elvas, quando a peste grassava ceifando vidas à tripa-forra, o 8º Barão de Alvito, pajem de lança de D. João IV e era então Coronel e Governador de Serpa e o seu irmão mais novo, D. Francisco Lobo, desavieram-se numa questão de “levíssima causa” com outros fidalgos portugueses de nobre estirpe, Luís Miranda Henrique e D. Vasco da Gama⁶, todos aquartelados na fortaleza de S. Gabriel, em Elvas.

Combinado o duelo bateram-se os quatro fidalgos debaixo das muralhas de Elvas.

⁶ Portugal Restaurado; Tomo II, Conde da Ericeira

O “Fim” foi o que aconteceu aos Alvitos, pensei eu enquanto o meu pai contava a tragédia da velha casa.

O mundo tinha desabado já fazia quase uns cem anos, e, no entanto, o Rui continuava alegremente a recitar de memória os anéis da longa correia da história: «Eles, os Alvitos, combateram em Arzila, a cavalo, valentes tomaram a cidade ao lado do Rei D. Afonso V, estiveram na tomada de Ceuta, e mais nesta e outra batalha.

E perderam-se alguns, por exemplo aqueles dois, pai e filho em Alcácer-Quibir, e ele, o pai, o Barão de Alvito, antes de empreitada opôs-se firmemente à loucura de D. Sebastião. Está escrito. Toda a gente sabe, o Barão chegou a dar ordem de prisão a D. Sebastião! Está bom de ver que isso nunca foi executado.»

Contava-me histórias dos velhos e do último, de D. José, Camarista de D. Carlos. Este último, casou com uma prima, mas não teve filhos. Não teve filhos do casamento, entenda-se, porque diz-se que teve dois filhos, um D. Fernando e outro D. António.

O último Barão, morrera na miséria, rodeado pelas paredes frias do Castelo. Uma tristeza. A ampará-lo teria estado esta senhora Carolina, criada da casa com quem D. José casou à hora da morte como forma de pagamento dos seus serviços.

A desgraça durante a vida do último Barão tinha sido tamanha que até o velho Castelo de Alvito, berço da família, construído e na posse dos Barões há 400 anos teve de ser vendido ao Rei D. Carlos. Mas como em todas as histórias com D. José, também esta venda tinha o seu quê de graça, ou talvez não, conforme se queira ver.

Na verdade, nunca me questioneei sobre estes imbróglios. A vida do velho Barão tinha sido espelho do século XIX em Portugal, das lutas liberais, do fim dos morgadios, da revolução industrial, dos modelos de produção da época, do engrandecimento do capital, da implantação da República; vista à luz da doutrina de Darwin, o Barão seria uma vítima da falta de adaptação ao meio. É esta a visão que se tem de uma classe que, ao que parece, tinha o seu destino traçado, e segundo o que se diz, por culpa própria.

Se por um lado o desaparecimento desta classe estava justificado pelos manuais de história, por outro, a história do velho fidalgo enquanto pessoa, os Alvitos enquanto família, mereciam a minha

atenção. O que lhe acontecera no fim da vida merecia uma explicação.

A realidade é que a ideia romântica da criada bondosa acompanhar o velho Barão até à morte em troca da distinção de Marquesa trazia-me algum conforto, pois à falta dos meus lá terem estado no seu leito de morte, pelo menos estaria quem bem dele tratava. Estava assim desculpada a história do abandono familiar. Mas como, perguntava-me mais amiúde. Não havia um sobrinho mais próximo? Alguém que o acompanhasse, que recebesse o testemunho. Estranho. Quem ficou o fiel depositário da memória dos Alvitos? Onde está o coração da casa? E é com essa curiosidade que começo esta aventura.

Fui a Alvito, queria encontrar a última geração desta família, umas fotografias, umas cartas, documentos ou histórias. Como se pareceriam? Certamente teriam tido muitos retratos, não duvido, e, todavia, quase nada sobreviveu ao tempo.

Porém, ao regressar à morada do velho Barão, para além do Castelo abastardado com as obras recentes que o adaptaram a Pousada, nada ficou da memória de 400 anos. Em nenhum dos recantos da Vila se conta a história de quem por ali passou, Alvito é uma tranquila, alva e pitoresca vila alentejana, igual a outras suas vizinhas.

Do Castelo, hoje aproveita-se-lhe a sombra.

Na vila, aparecem relatos dos últimos tempos do Marquês - Barão e da sua segunda mulher. D. José terá ido viver para Alvito depois da Implantação da República, quando já contava 83 anos, com ele terá partido rumo ao Castelo a então mulher ou sua futura mulher D. Carolina Augusta Duarte. Conta-se que D. Carolina terá sobrevivido 19 anos ao Barão e, a título gracioso, vivido no Castelo de Alvito mesmo após a morte de D. José. A justificação para ali permanecer era simples, D. José quando vendeu o Castelo em 1897 terá negociado com o Rei D. Carlos o seu usufruto, para si e para a sua mulher, até o fim dos dias de qualquer um deles.

Pus-me a congeminar. Admitindo que foi este o acordo, significa que em 1897 aquando da venda do Castelo, o Barão já fosse casado com

Carolina. Significa isto que enquanto Camarista do Rei, ainda quando frequentava a Corte, casou com Carolina, que se diz ser sua criada. Faz pouco sentido. Nesses anos o Barão tem rendimentos, não necessita casar como forma de reconhecimento dos serviços da tal senhora.

Além deste senão, permitir o usufruto do Castelo a Carolina, é um péssimo negócio para o comprador.

Que lógica tem o nosso Rei D. Carlos comprar um Castelo com a condição de dar usufruto a uma pessoa mais nova que ele? Bem vistas as coisas, que oferecesse essa benesse ao Barão, um homem bem mais velho do que o Rei, compreende-se. Era espectável que ele morresse primeiro, efectivando-se assim a posse. No entanto, a suposta mulher é muito mais nova, e mais jovem que D. Carlos. Que o Rei é conhecido por ser simpático e benemérito, é verdade, mas que obrigação poderá ele sentir para aceitar uma cláusula destas. Além disso, e acima de tudo, será plausível que D. José peça uma coisa destas? Se tinha intenção de dar um tecto à senhora, podia bem deixar uma casa, sem comprometer o futuro comprador do Castelo que não menos que o Rei.

Como era previsível, D. José com mais uns 40 anos que a mulher é o primeiro a morrer, e Carolina herda os seus parcos bens, diz-se hoje na vila de Alvito. Como Carolina morre em 1936, terá posto e disposto do Castelo e do recheio à sua vontade desde 1917, e deixado alguma coisa em herança à sua irmã, uma tal Joaquina Helena Duarte. Consta na vila que a tal irmã fez um leilão do recheio que lhe fora deixado em herança. Numa das gavetas dum móvel leiloado ia toda a papelada do cartório da casa.

E aqui está a explicação final para o desaparecimento das peças de decoração, do arquivo, eventuais fotografias, cartas, mobília e tarcos. A impressionante dimensão da sorte de alguns é igual ao tamanho da tragédia na memória dos outros.

De Alvito, trouxe mais dúvidas que certezas.

O primeiro passo é verificar a morte do Marquês - Barão. A certidão de óbito trará a certeza sobre o seu estado civil. Casado ou não?

D. José – Vida e Camarista

A vida social dos Marqueses Barões de Alvito era muito activa, a julgar pelo número de publicações nos jornais. Todos anos eram felicitados por ocasião do aniversário e surgiam em notícias da sociedade.

Sem qualquer critério, fica para memória alguns apontamentos achados durante a pesquisa.

Encontra-se a notícia de uma Festa em Cascais em 1873. O Marquês oferecia uma recepção na sua casa (seria talvez casa da sogra), descrita como primorosamente decorada e frequentada.²⁶

Casino de Paço d'Arcos.
— Esteve esplendida a *soirée* que o sr. marquez d'Alvito deu na quinta feira na sua casa de Cascaes. As salas estavam primorosamente decoradas e não faltou uma só das principaes familias que ali estão a banhos.
Houve uma lauta ceia. A *soirée* acabou á 1 hora da noite, ficando todos penhorados pela maneira porque foram recebidos pelos donos da casa.

Diário Illustrado, 9 e 11 Outubro 1873.

Por ocasião de uma grande exposição de arte portuguesa em 1881, D. José coloca na mostra vários objectos²⁷:

Uma imagem de Nossa Senhora em pedra pintada e dourada; miniatura em ágata representando Nossa Senhora com ornados de prata, uma cruz de cristal com as imagens de Nosso Senhor de um lado e Nossa Senhora do outro, de ouro e esmalte; Foral de Alvito em pergaminho, leque de marfim; colcha de cetim azul bordada a ouro, quatro castiçais de prata, quatro castiçais de latão dourado.

Infelizmente, não consegui localizar a casa em Cascais, nem o paradeiro das peças mencionadas.

A 15 de Abril de 1893, embarcam nos caminhos-de-ferro, Suas Majestades para uma visita a Alvito²⁸. Eram acompanhados pela dama de serviço a Sra. D. Josefa Sandoval de Vasconcelos e o Vedor o Sr. António de Vasconcelos e Sousa, os officiaes às ordens, Srs. Duval Telles e Bernardo Pindella e o Sr. Dr. Feijão.

²⁶Diário Illustrado, 9 e 11 Outubro 1873.

²⁷Torre do Tombo, <http://digitarq.arquivos.pt>.

²⁸Diário Illustrado, 16 Abril 1893.

Visitas de Individualidades Estrangeiras

O Rei D. Carlos intensificou as relações internacionais do país, tendo também visitado vários países, tais como Espanha, França, Inglaterra e Alemanha. Chamou a si a política externa do país.

Nos últimos anos da Monarquia Portuguesa, El-Rei D. Carlos “o Diplomata”, convida a visitar Portugal várias cabeças coroadas europeias, bem como o Presidente Francês. Hospedou entre outros, Rei Eduardo VII de Inglaterra, Afonso XIII de Espanha e o Imperador Guilherme II da Alemanha.

Visita de Eduardo VII a Portugal

A 10 de Abril de 1903 chega ao cais das Colunas o Bergantim Real transportando o Rei Eduardo VII. Foi a primeira duma série de visitas de chefes de Estado a Portugal.

No cortejo de recepção, seguia no terceiro coche o Marquês de Alvito, e Conde da Figueira, com o “captain honorable” Fortescue, Sir Labring, do séquito de Eduardo VII.

Em Lisboa ficou hospedado no Paço das Necessidades.

No terceiro dia da sua estadia partiu da estação de comboio do Rossio para Sintra, juntamente com a sua comitiva. Aproveitaram ainda para passear de carro por Cascais até Carcavelos para ver o cabo submarino.

Eduardo VII em Sintra

No Palácio Real da Pena, em submissão de Inglaterra e de Portugal, depois de
atender ao almoço ao seu visitante, recebido por alguns dignitários das
duas coroas

Marquês de Alvito ao centro, atrás d-El Rei D. Carlos e Rei Eduardo VII. Arquivo Gráfico da Vida Portuguesa, n.º 1; 1903

I.5.2.2 D. Maria do Carmo Adelina Lobo da Silveira * 21.06.1910

Joaquim Mascarenhas Fiúza

I.5.2.2.1 Maria da Piedade Lobo da Silveira Mascarenhas Fiuza *
23.08.1932

Giuseppe Arturo Nigra

I.5.2.2.1.1 Francesca Maria do Carmo Fiúza Nigra *
20.11.1954

Francisco José Franqueira de Castro e Sousa

I.5.2.2.1.1.1 Joana Luísa Nigra de Castro e Sousa * 24.05.1980

Ibsen José Casas de Noronha

I.5.2.2.1.1.1.1 Francisco José Nigra de Castro e
Sousa de Noronha * 30.06.2011

I.5.2.2.1.1.1.2 Pedro Maria Nigra de Castro e
Sousa de Noronha * 05.03.2013

I.5.2.2.1.1.2 Gonçalo Nigra de Castro e Sousa

I.5.2.2.1.1.3 Maria da Piedade Nigra de Castro e Sousa

I.5.2.2.1.2 Giuseppe Maria Fiuza Nigra * 16.03.1956

Maria Isabel Osório de Menezes Pita

I.5.2.2.1.2.1 Giovanni Alessandro Nigra * 04.11.1984

Teresa Simão Portugal de Herédia Cordovil

I.5.2.2.1.2.2 Stefano Maria Osório Nigra * 12.08.1986

I.5.2.2.1.2.3 Maria Isabel Osório Nigra * 12.08.1988

Gonçalo Maria de Bragança da Silva Bruschy

I.5.2.2.1.3 Paulo Clemente Fiúza Nigra * 26.09.1958

Maria Paloma Viyella de Souza Mattos

I.5.2.2.1.3.1 Caetana de Souza-Mattos Nigra

I.5.2.2.1.3.2 Mateus Maria de Souza-Mattos Nigra

I.5.2.2.1.4 Giovanni Carlo Nigra * 04.12.1963

Isabel Norton dos Reis de Arrochela Alegria

I.5.2.2.1.4.1 Maria do Carmo de Arrochela Alegria Nigra *
04.12.1993

I.5.2.2.1.4.2 Pedro Maria de Arrochela Alegria Nigra *
22.09.1998

I.5.2.2.1.4.3 Maria da Piedade de Arrochela Alegria Nigra
* 2006

I.5.2.2.1.5 Pietro Alessandro Nigra * 20.06.1967

I.5.2.2.2 Maria Luisa Lobo da Silveira Fiuza * 12.09.1933

Jacinto Brandão de Melo de Magalhães Guedes de Queirós, 4º
Conde de Cabral
Sem descendência.

I.5.2.3 D. Manuel Lobo da Silveira * 02.12.1912

Maria dos Prazeres Teixeira de Vasconcelos Carvalho

I.5.2.3.1 D. Maria Manoel Carvalho Lobo da Silveira * 30.10.1942

I.5.2.3.2 D. Maria Manuel Carvalho Lobo da Silveira * 04.11.1943

Miguel Henrique Bacelar de Sousa Machado

António Luís Ramalho

Sem descendência.

Filhos com N

I.5.2.4 D. Maria Adelina Lobo da Silveira * 16.12.1901

Jorge Olímpio Adrião Luís de Sequeira

I.5.2.4.1 Maria Joana Beatriz Lobo da Silveira Luís de Sequeira *
24.05.1924

I.5.2.4.2 Maria Adelina Lobo da Silveira Luís de Sequeira *
28.08.1925

Fernando José O' Connor Shirley Macedo e Couto

I.5.2.4.2.1 Maria João Sequeira de Macedo e Couto *
28.01.1948

Pedro José Santos Lima Oliveira da Silva

I.5.2.4.2.1.1 Sofia Macedo e Couto Oliveira da
Silva * 27.05.1971

I.5.2.4.2.1.2 Inês Macedo e Couto Oliveira da
Silva * 19.12.1973

Índice

Dedicatória	5
Agradecimentos	7
Preâmbulo	9
Prefácio - por Olga Majeau	15
Origem dos Alvitos	17
Doutor João Fernandes da Silveira	19
Carta Régia de 27 de Abril de 1475	22
Outros títulos:	24
O Castelo	25
Aspectos do Castelo século XIX	26
I. D. Henriqueta Policarpa Lobo da Silveira	29
O irmão D. Fernando, 14º Barão de Alvito	33
A sucessora na casa de Alvito	35
A devoção a Nossa Senhora da Graça	38
Morte de D. Henriqueta Lobo da Silveira	40
A irmã D. Maria da Graça (1802-1875)	41
I. D. António Luís de Sousa Coutinho Castelo Branco e Meneses	42
I.1 D. Eugénia Lobo da Silveira	44
À procura do Alvito – Parte I	51
I.2 D. José Lobo da Silveira	52
Primeiro casamento	62
A personalidade	68
Amizade com Francisco Barahona	73
Inimizades	74
Problemas financeiros	75
Escritura de hipoteca	75
1882 : Morte de D. Mariana	76
Venda de Património	77
O cancelamento da hipoteca do Castelo	79
A venda do Castelo	80
D. José – Vida e Camarista	86
Visitas de Individualidades Estrangeiras	87
Regicídio	94
Ultimas notícias	95
À procura do Alvito – Parte II	97
A certidão de óbito	99
O processo de sucessão nas Finanças	100
A autenticidade do Testamento	102

Confirmação da existência do casamento	103
Morte do Marquês-Barão	109
Os Ecos da sua morte:	110
Nas Finanças – Imposto sucessório	112
Morte da Carolina	115
Testamento de Carolina Duarte	115
A irmã Joaquina e o saque final	116
O Arquivo/Cartório da Casa de Alvito	121
I.3 D. Fernando Lobo da Silveira	131
I.4 D. Isabel Juliana Lobo da Silveira	137
I.5 D. Manuel Lobo da Silveira	147
I.6 D. António Clemente Lobo da Silveira	151
I.7 D. Luís Lobo da Silveira	155
I.8 D. Margarida Lobo da Silveira	163
Descendência atribuída a D. José Lobo da Silveira	169
I.2.1 D. Fernando António Lobo	171
I.2.2 D. António Manuel (Eduardo) Lobo	173
Descendência de D. Fernando Lobo da Silveira	177
I.3.1 D. Henriqueta	179
I.3.2 D. António	179
I.3.3 D. Manuel	179
Descendência de D. Isabel Lobo da Silveira	181
I.4.1 João da Graça de Brito Pereira Pinto Guedes	183
I.4.2 D. Henriqueta Lobo da Silveira de Brito	196
I.4.3 D. Maria da Luz Lobo da Silveira de Brito	197
I.4.4 D. Eugénia Lobo da Silveira de Brito	209
I.4.5 D. Isabel de Brito Pereira Pinto Guedes	211
I.4.6 D. Maria da Penha Lobo da Silveira de Brito	212
I.4.7 António Luís de Brito Pereira Pinto Guedes	213
Descendência de D. Manuel Lobo da Silveira	217
I.5.1 D. António Lobo da Silveira	219
I.5.2 D. Manuel Lobo da Silveira	226
Conclusão	239
Bibliografia	243
Índice	249